



Dívida pública e 'reforma' da Previdência foram debatidos nesta segunda (13) no Senado | 1

Dívida pública e 'reforma' da Previdência foram debatidos nesta segunda (13) no Senado

A dívida pública e a sua relação com a 'reforma' da Previdência e o mundo do trabalho foi tema de debate em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal nesta segunda-feira (13).

A própria comissão do Senado, já na apresentação do evento informava que “o gasto financeiro com a dívida pública consumirá quase 44% do total de R\$ 1,4 trilhão no Orçamento da União aprovado para 2019”, enquanto a proposta de 'reforma' da Previdência do governo federal é apontada como a principal medida para o “reequilíbrio das contas públicas”.

A auditora fiscal aposentada Maria Lúcia Fattorelli, frisou que a proposta de capitalização “não pode ser chamada de previdência” e lembrou que “o trilhão que vai ser retirado dos mais pobres pagará parte do sistema de capitalização”. Fattorelli, que coordena a Auditoria Cidadã da Dívida, afirmou ainda que “na Argentina a transição [do regime de repartição para o de capitalização] custou 1,36 PIB [Produto Interno Bruto]. Se aplicarmos essa proporção ao nosso PIB estamos falando de um custo entre R\$ 9 trilhões e R\$ 10 trilhões.”

Assista ao vídeo da atividade aqui:

Convidados

Foram convidados para debater o tema Maria Lucia Fattorelli, auditora fiscal e coordenadora-geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Antonio Gonçalves Filho, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); o economista Rodrigo Vieira de Ávila; e Paulo Fontoura Valle, subsecretário do Regime de Previdência Complementar da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.



Dívida pública e 'reforma' da Previdência foram debatidos nesta segunda (13) no Senado | 2

Mobilizações

A audiência foi a primeira atividade de uma semana que promete fortes manifestações contra a "Nova previdência" do governo de Jair Bolsonaro, pela rejeição da Emenda Constitucional 95, que asfixia o orçamento dos serviços públicos, e em defesa da educação pública. Atos e protestos estão convocados para dezenas de cidades do país para a quarta-feira (15).

A data remete à greve nacional da educação pública, mas foi abraçada por uma série de outros setores. Ganhou peso e mais visibilidade após o governo anunciar corte de 30% nos orçamentos de universidades e institutos federais de ensino. Os cortes nos recursos não-obrigatórios - usados para pagar despesas como luz, água, terceirizados e bolsas de pesquisa - foram apontados por reitores e diretores de unidades de ensino como de dimensões inéditas e que podem inviabilizar até mesmo o funcionamento das instituições federais. Comunidades acadêmicas e entidades sindicais e estudantis já promoveram uma série de manifestações locais. Haverá paralisação na educação pública em geral e inclusive em parte das escolas privadas.

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM



Com dificuldade para impor votações às pressas na CCJ, governo ameaça levar PEC 32 ao plenário



SINTRAJUD SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

Dívida pública e 'reforma' da Previdência foram debatidos nesta segunda (13) no Senado | 3



Comissão divulga relatório sobre episódio de machismo nas eleições do Sintrajud



Sintrajud convida servidores do TRT para “café da manhã” virtual na sexta, 23